



MOVIMENTOS SEPARATISTAS NO BRASIL: ENTRE GÊNESES E EMERGÊNCIAS NO SÉCULO XXI

Alisson Santos Leite¹

Resumo

Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa da disciplina Iniciação à Pesquisa Geográfica, desenvolvido no quinto período do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Apresenta uma análise de possíveis fatores que culminaram na origem, expansão e consolidação de organizações separatistas que buscam autonomia em relação à divisão política-administrativa do Brasil. Essas, são produtos das inconformidades, sobretudo, econômicas e políticas que fomentam os discursos de ódio do país e o enfraquecimento do Estado diante do capital estrangeiro. O estudo foi realizado através de revisão bibliográfica e na identificação desses grupos em páginas da *internet* e redes sociais, por sua nomenclatura, classificados com os critérios: atuação no país, finalidade e justificativas defendidas para secessão. Analisada quanti-qualitativamente e por questionário direcionado aos principais movimentos em favor do separatismo, com questões interrogadas via aplicativo de documentos. Na época atual, os intentos separatistas são potencializados pelas sequelas do Neoliberalismo, favorecendo as disparidades entre as circunscrições territoriais nacionais. Os discursos de independência estão ressurgindo no mesmo sentido da submissão ao capital externo. O Estado seria a chave para implementação de políticas públicas erradiquem as desigualdades e refreie declarações de repulsa que comprometam a soberania e a unificação do país.

Palavras-chave: Brasil. Estado. Território. Separatismo. Desigualdade. Neoliberalismo.

¹ Licenciando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho. E-mail: diasalisson398@gmail.com.

Introdução

Brasil, país de dimensões continentais, concentra uma grande parcela da população mundial, abrigando também uma pluralidade biológica, cultural e econômica. Um Brasil com várias interfaces e heterogeneidades. De (com)posto por múltiplas (in)diferenças ao longo do seu processo de formação. Em meio a essas diferenças, nos últimos tempos, estão as emergências de movimentos separatistas. Tais movimentos estão fundamentados na criação de regiões ou de unidades federativas dissolutas e independentes no que se refere à divisão política-administrativa.

Esse desígnio não foi resultado de um processo repentino. Mas, do próprio transcurso da formação cultural, territorial da nação permeado por várias dissemelhanças, sobretudo, econômicas. Tais desequilíbrios, acentuam-se nos tempos atuais como sequelas do neoliberalismo: favorecendo os discursos de ódio, o enfraquecimento do Estado frente ao capital privado, o preconceito entre habitantes dentro do próprio território e dificultando a promoção de alternativas para erradicar as disparidades do país.

No caso brasileiro, os desníveis socioeconômicos entre estados e regiões se constitui como o principal fundamento para o separatismo. Para uns, o fato do Norte e Nordeste apresentarem baixos indicadores sociais e que, portanto, são atrasados e dependem de programas sociais como o Bolsa Família, provocam retardamento do desenvolvimento nacional. Para outros, o Centro-Oeste e, sobretudo, Sudeste e Sul são regiões privilegiadas, onde acusa-se um não equânime direcionamento de recursos pela União em relação as demais.

O estudo surge diante da continuidade das discrepâncias socioeconômicas desenvolvidas historicamente e geopoliticamente, da escassez do acervo teórico que tratam da problemática e da necessidade de esboçar a ofensiva e intensiva atuação da doutrina Neoliberal no Brasil. Verificadas nos recuos do Estado para atender aos interesses e demandas da população majoritária; denotada por instrumentos ideológicos e legais, traduzidas em uma série de reformas socioeconômicas de interesse ao capital global.

Ocorre que, há um hiato ao considerarmos a presença apenas um grupo separatista atuante no Brasil. A pesquisa aborda a espacialização de várias organizações por todas as regiões. Uma abordagem de relevância para os campos jurídico, econômico, sociológico, histórico e geográfico.

Metodologicamente, optou-se pela pesquisa bibliográfica, analisando documentos constitucionais, artigos científicos e livros que versassem sobre a temática. No seu desenvolvimento, também foram aplicadas com indagações específicas aos principais movimentos identificados, a exemplo do O Sul é o meu País. O questionário foi elaborado em formato de arquivo digital e encaminhado por meio de aplicativo de documentos aos oficiais ou líderes dos grupos.

Foram levantadas perguntas referentes a origem do movimento, das justificativas pró separação, da organização e articulação com organizações de outros países. Após as repostas e consulta bibliográfica, tendo ponto de partida o projeto de pesquisa elaborado na disciplina com a mesma temática, o artigo foi elaborado.

Este trabalho pretende compreender a gênese, expansão e consolidação dos movimentos separatistas no Brasil. Objetiva-se ainda, identificar os principais grupos separatistas das regiões e entes federados na atualidade; como estão organizados e teoricamente fundamentados. Intenta-se também entender os elementos condicionantes que favoreceram para as emergências do separatismo no século presente. Avaliando também os possíveis rebatimentos na concretização legal da independência nos recortes territoriais do país, a partir de organizações separatistas estrangeiras.

Gênese do separatismo no Brasil

Tornar-se um estado ou uma região autônoma em relação à República Federativa, com poder próprio e soberano, aparelhado sob uma nova configuração fiscal, política e econômica tem sido um projeto arquitetado por diversos grupos pró separação.

Esse intento está atrelado a própria história do país. Não são poucas as tentativas de formar territórios autônomos e, como já destacado, os contrastes, em suas múltiplas vertentes, consolidam-se como principal razão para fragmentação.

O produto inicial dessas diferenças culminará em uma série de revoltas que não ficarão cerceadas apenas a tribos ameríndias em busca de liberdade. O Brasil pré e pós século XVI, será representado pela mestiçagem de povos que, por sua vez, não é aspecto exclusivo à chegada lusitana.

Antes mesmo da invasão europeia no Brasil, as populações originárias, os indígenas, não possuíam uma homogeneidade cultural. Havia uma vasta abundância de tribos, línguas e singularidades de crenças naquelas terras.” De qualquer forma, os indígenas que os portugueses encontraram no Brasil não formavam uma só nação, mas várias delas, dentre as quais as mais importantes eram os tupis-guaranis, os gês, os caraíbas e os arauaques” (ANDRADE, 1998, p. 34).

Os nativos habitavam as terras brasileiras. Os europeus os caçavam para submetê-los como força de trabalho ou para domesticá-los e facilitar a exploração. Os índios resistiam à perseguição e ao domínio dos homens do Velho Mundo. Dessa forma, a formação territorial e econômica do país ficou marcada pelo massacre, expropriação e escravização de uma imensa parcela indígena. Nessa conjuntura, “A produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou a nosso conhecimento” (QUÍJANO, 2005, p. 16).

De acordo com Andrade (1998), os invasores “brancos” também eram caldeados com outras populações europeias. Ao longo do processo de exploração do Brasil, espalharam-se pelas mais diversas partes da colônia. Principalmente para o Sul e Sudeste do país, onde sua migração esteve orientada pelo trabalho nas fazendas de café.

Os fazendeiros de café, principalmente do Oeste paulista, estavam preocupados com a substituição do trabalho escravo, e, especificamente, em como aumentar a oferta de trabalhadores, diminuindo-lhes o poder de barganha e barateando o custo da mão de obra. Torna-se necessário substituir a coerção da escravidão pelo excesso de oferta. A ação do estado foi decisiva para salvar a economia cafeeira, subsidiando a vinda de famílias inteiras e aumentando ainda mais a oferta com o trabalho feminino e infantil (OLIVEIRA, 2008, p. 75).

Segundo Andrade (1998), os negros contribuíram para o mestiçagem populacional, cultural, social brasileira. Foram forçados a migrar para colônia sob o regime de escravidão. Eram advindos de vários grupos étnicos e, portanto, não representavam um único povo. De acordo com Oliveira (2008), eram coordenados pela demanda escravista e pelos interesses dos colonos, eram realocados como mercadorias para diversas partes das terras coloniais para trabalhar nas atividades econômicas que eram desenvolvidas. Com isso, cidades como Salvador, Recife e Rio de Janeiro foram alguns das principais zonas receptoras de escravos.

Além dos europeus, entre os séculos XIX e XX, diversos outros grupos entraram no Brasil, inclusive os orientais. Entre eles, os japoneses. Com uma grande experiência agrícola se deslocaram para a engrenagem do país no período, São Paulo. Na análise de Andrade (1998), muitas autoridades da época temiam uma “contaminação” da população brasileira – uma ameaça ao padrão estético e cultural europeu.

Dessa maneira, as diferenças já se faziam presentes no território. Após a invasão europeia e a chegada de outros povos, essas particularidades se acentuaram, tornando a formação de uma identidade própria um entrave a ser superado na gestação brasileira.

Após a divisão luso-hispânica do Tratado de Tordesilhas (1494), por volta do ano de 1540, o governo imperial português, diante dos intentos econômicos e os desafios em face àquele vasto território apropriado, dividiu a colônia em 15 capitanias hereditárias. Cada capitania possuía um donatário (ou até mais de uma), o rei fixava os limites orientados por acidentes geográficos. Ele também possuía vantagens comerciais como a isenção de impostos, definia o que e com quem seria comercializado. Percebe-se, neste período, uma das primeiras políticas de consolidação territorial e de descentralização na colônia.

Os membros seletos da nobreza, responsáveis por essas capitanias, tinham autonomia sobre estas terras. Poderiam decidir a maneira como seria explorada e agir de modo coercitivo, quando indivíduos iam de encontro as suas determinações.

No entanto, apesar da divisão, as capitanias se desenvolveram de modo desnivelado. Os donatários não tinham muito experiência com esse tipo de administração, às terras eram bastante extensas e sofriam com as revoltas indígenas. Mattos, Innocentini e Benelli (2012) destacam que Apenas as capitanias de Pernambuco e São Vicente tiveram avanço significativo. Dessa forma, disparidades foram sendo cada vez mais acentuadas.

Dirigidos pelas atividades econômicas e pela expansão populacional para o interior, no Governo Geral, outras capitanias foram criadas em face as suas relevâncias econômicas, como a de São Paulo e das Minas de Ouro. Segundo Andrade (1998), essa capitania já experimentava uma significativa autonomia nas suas atividades de subsistência e na exportação do ouro; aspiravam o desejo de independência e, em 1640, apoiando Amador Bueno como Rei de São Paulo. Com isso, teria ocorrido a primeira tentativa de secessão do Brasil, em meados do século XVII.

Nas décadas posteriores, novas capitanias foram sendo criadas e outras extintas. Esse processo se deu de acordo com os interesses econômicos e administrativos do Governo colonial vigente. Dessa forma, o mapa das capitanias foi reconfigurado. Também reajustavam-se de acordo com o nível de ocupação entre elas. Assim, originaram as capitanias gerais e subalternas.

Dentre as capitanias gerais estariam a de Pernambuco, Bahia de Todos os Santos e São Paulo. As capitanias do Rio Grande do Norte, Ceará e Santa Catarina faziam parte do grupo das subalternas. Além de outras.

Apesar da existência de projetos para consolidação territorial, populacional e econômica, o Brasil não era uno. Lembrando que, embora houvesse uma redução dos povos indígenas no processo de ocupação da colônia, haviam ainda numerosos grupos espalhados pelas vastas terras. Não somente, os fluxos de negros e imigrantes europeus eram intensos e, sobretudo nos ciclos econômicos do açúcar, da mineração e do café. Dessa forma, múltiplos povos compunham a colônia, cuja a arquitetura identitária ainda não estava sendo inaugurada, muito menos, efetivada.

De acordo com Andrade (1998), esses povos estavam agrupados por vários interesses. Indígenas, negros e colonos deliberavam lutas isoladas pelas terras. Eram revoltas de âmbito local e regional. Visavam a sua emancipação.

Revoltas aconteciam em Pernambuco no início do século XVIII. Já no final desse mesmo século, ocorreria a Inconfidência Mineira, emergido por influência da Revolução Francesa.

O cenário decadente da economia mineira (diminuição das reservas auríferas e outros problemas) fez com que a Coroa aumentasse os impostos. Esses fatos culminaram na eclosão de uma série de revoltas por parte dos colonos que, motivados pelo Iluminismo aspiravam o domínio de Minas Gerais. Contudo, apesar da repercussão, o movimento não estava interessado nas lutas sociais, especialmente pelos mais pobres. Possuía interesses restritos a um recorte regional-local e seus intentos foram barrados pela Coroa lusitana. A morte de Tiradentes foi o estopim para cessar outras possíveis revoltas.

Na Bahia, em 1789, Andrade (1998) relata que ocorrera também sua Inconfidência. Com uma população negra e mulata os baianos desejavam o fim do tráfico negreiro, eram

contra os senhores da Bahia e almejavam com a soberania em relação ao Brasil. Entretanto, essa revolta foi novamente barrada com mais mortes. De acordo com Ruy (1942 apud ANDRADE, 1998, p. 57) a Inconfidência Baiana teve resposta com uma grande repreensão e, seus atores, eram em grande maioria negros, envolvidos com o social.

Andrade (1998) descreve que, com a vinda da família real para o Brasil, uma série de medidas foram tomadas para facilitar a articulação entre as capitânicas. Apesar disso, zonas produtoras de algodão como Pernambuco não ficaram satisfeitas pretendiam separar-se baseados em ideais europeus da época.

No Brasil Império, D. Pedro determinava uma série de normas políticas que iriam de encontro com os anseios populares. No período Regencial, vários grupos de oposição foram surgindo. Uns, favoráveis ao regime absolutista, outros, propunham a independência por meio de uma nova forma de governo (república e federação). Havia também movimentos que não possuíam uma orientação política definida, o caso dos quilombos.

Em meio as turbulências do período, cabe destacar a Revolução de Farroupilha e a Sabinada. A primeira, os seus defensores requeriam uma maior autonomia do Rio Grande do Sul em relação às outras províncias coloniais. Ideais separatistas pleiteavam por um ideário de dissolução, uma vez que o Rio Grande do Sul era o centro produtor de charque do período e queriam dimensionar o seu comércio. Seus agentes precisariam romper-se do domínio Imperial.

Apesar da expansão e militarização do movimento para outras regiões, a revolta foi barrada. Após vários anos de conflito, em 1845, foi assinado o Tratado de Ponche, onde seria estabelecido uma aliança de paz farroupilhana e Imperial.

Andrade (1998) afirma que o separatismo não ficaria restrito apenas ao Rio Grande do Sul. Na Bahia, por volta de 1837, ideais liberais deram engrenagem ao movimento que ficou conhecido como Sabinada. Encabeçado por Sabino da Rocha Vieira, desejavam uma maior autonomia baiana na política, economia e na própria administração. Porém, o movimento era dividido entre aqueles que desejavam a separação baiana do império e a outra, o desmembramento da província até o Imperador chegar a maioria.

Nessa organização armada, revoltosos tomaram várias cidades. Ocorrera diversas mortes e prisões. Fortemente retaliada, o movimento foi arrefecido pelas forças Imperiais. Assim,

as inconformidades separatistas iam muito além de simples discursos pró independência. Estavam-se associadas, pelo menos até esse período, a revoltas armadas e aos inúmeros adeptos revolucionários.

Estava evidente que a centralização Imperial estava abalada. Era preciso pensar em novas políticas administrativas que facilitassem e amenizassem possíveis novos conflitos. Diversos teóricos defendiam o federalismo. Contudo, esse sistema não fixou-se no período Imperial. Seus resquícios continuaram em pauta com outros grupos. Na verdade, haviam várias turbulências sociopolíticas que o Império enfrentava. Dentre elas, a abolição da escravidão.

A adesão a um modelo republicano auto independente levou a pensadores como Alberto Sales (1887) a ideia de que São Paulo poderia ser declarada república. Dentre seus argumentos seriam o fato de que São Paulo seria a província mais rica e desenvolvida do país. Como resultado, emergiria uma federação ou uma confederação.

A partir da Proclamação da república de 1889, dessa vez, pensando na descentralização, às províncias contaram com uma significativa autonomia; elevando-se a Estados. Com isso, gradativamente outros estados foram criados como Acre, Mato Grosso do Sul no século XX.

A estrutura política administrativa para formar os Estados foi sendo formada. Polícia e outros suportes básicos para seu funcionamento como ente federativo. Embora representasse uma eficaz mediadora de controle territorial, o governo central republicano federativo desconsiderava os contextos díspares entre as antigas províncias – povoados, superpovoados, desenvolvimento econômico, diversidade cultural. Desse modo, a categorização de estados foram sendo legalmente criadas sem que houvesse bases mínimas para seu efetivo funcionamento.

A crise econômica de 1930, retratada no contexto da busca de ideais que superassem a subalternidade da economia brasileira, levou os paulistas (Política do Café Com Leite) a tentativa paulista de retomada do poder. Com os prejuízos do café, ocorreu a revolução constitucionalista de 1932. No pensamento de Andrade (1998), São Paulo almejaria formação de uma república soberana e outras, poderiam ser transformadas nesse mesmo sistema. Muitos estados rejeitaram essa vertente, o Governo Central retaliou os desígnios paulistas.

Na Terceira República, normas foram instituídas normas que limitavam o poder dos Estados. Dentre essas regulamentações, Andrade (1998) expressa a “união indissolúvel entre estados, estados e territórios”, verificada na Constituição de 1937. Para fins de aprimoramento da política territorial, na era Vargas nasce o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Esse instituto seria responsável pela regionalização brasileira em seu perfil geográfico e econômico.

Nas décadas posteriores, há uma grande preocupação entre as autoridades brasileiras em povoar o interior, sobretudo, no sentido Oeste-Leste do território abrangendo também a região Amazônica. A construção de Brasília configurou-se como dos reflexos dessa marcha. Já no período da Ditadura Militar (1964), grandes empreendimentos foram realocados para as áreas menos povoadas. Os autoritários estavam influenciados pela política externa norte-americana. Com isso, prevaleceram os interesses estrangeiros no território brasileiro em face ao próprio bem estar social da população nativa e mesclada.

A partir da constituição de 1988 há um novo desenho territorial no país. Goiás dá origem a Tocantins que passa a pertencer a região Norte. Territórios passam a categoria de Estados como Amapá, Rondônia e Roraima. Essa divisão é a divisão oficial brasileira vigente no momento: Composta por 26 estados e um Distrito Federal e mais de 5 mil municípios.

Configura-se assim, o processo de formação econômico, cultural, étnica brasileiro carrega em si heterogeneidades e fundamentos que afloram movimentos separatistas do século XXI. Taís movimentos, também são produtos de influências externas, como o Iluminismo. As bases para diversos ideais pró separação derivam, em boa parte, do histórico e desigual aporte econômico entre as circunscrições territoriais que formaram.

Movimentos separatistas atuais

Diante dos fatos, ficou evidente que, ao longo da história brasileira, diversos movimentos separatistas foram surgindo. Nos diversos pontos do território e em distintas temporalidades, grupos almejavam a busca pela independência, seja por meio de um modelo de governo político-administrativo comum autônomo ou pela criação de repúblicas e da federação.

Quadro 01 – espacialização dos movimentos separatistas no Brasil, 2019.

REGIÃO	MOVIMENTOS
Centro-Oeste	Movimento Separatista do Mato Grosso, Mato Grosso é o meu país, República de Goiás, Movimento Mato Grosso do Sul Independente, Movimento Separatista Candango, Movimento Brasília Independente, Movimento Brasília é meu país
Nordeste	Movimento Nordeste é Minha Nação, Movimento Ceará Meu País, Grupo de Estudo e Avaliação Pernambuco Independente, Frente Libertária Nordeste Independente, República Federativa da Bahia, Movimento Nordeste Independente
Sudeste	Movimento Minas Gerais Liberta, Movimento São Paulo Livre, São Paulo para os Paulistas, Movimento São Paulo Independente, Movimento República de São Paulo, São Paulo Livre, O Rio é o Meu País, O Espírito Santo é o meu país, Movimento Minas Gerais Liberta
Norte	Movimento Amazônia Independente; Movimento Roraima Independente
Sul	Nação Sulista, Movimento de Independência do Pampa, O Sul é o meu país

Fonte: LEITE, Alisson Santos. 2019.

No século presente, desafiando o primeiro artigo da Constituição Federal que diz que “A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal [...]”², movimentos de secessão têm ganhado amplitude. No entanto, a atuação dessas organizações não se restringem apenas ao Sul do país, verificado no Quadro 01

² Brasil. Constituição Federal [1988]. **Planalto: subchefia para assuntos jurídicos**. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 25 fev. 2019.

Esses são os 27 principais grupos separatistas do Brasil, como também apontado no mapa ilustrativo (01). As nomeações desses movimentos indicam uma afirmação identitária da região, unidade federativa ou área a qual pretende a independência. Como retratado no mapa ilustrativo (01), os grupos estão espalhadas por todo país. Mas, concentrados, principalmente, nas regiões Sudeste e Nordeste. Porém, melhor articulados (organização, representação) no Sul. Em boa parte das nomenclaturas das organizações, apontam para a nova região a qual pretende obter autonomia.

Mudam-se os nomes, os contextos, as épocas; mas a grande questão expressada, sobretudo, pelos movimentos sulistas é a inconformidade político-administrativa. Consideram-se “herdeiros da personalidade de seus ancestrais” e denunciam omissão do Estado brasileiro para responder suas demandas, inclusive, socioeconômicas. Para seus integrantes, a região estaria sendo prejudicada pelo arranjo constitucional.

Na época atual, os movimentos separatistas ganham forças em regiões que ficam fora do eixo Sudeste-Sul, como expresso no mapa ilustrativo abaixo.

Mapa ilustrativo 01: Área de abrangência dos principais movimentos separatistas do Brasil por unidade federativa, 2019.



Fonte: LEITE, Alisson Santos. 2019.

O Sul e o Sudeste brasileiro são as regiões o maior aporte industrial e cosmopolita. Revela-se que a hegemonia do Meridiano no país, sobretudo paulista, figura até a época contemporânea. Municípios como São Caetano do Sul, Santos, Balneário Camboriú, Águas de São Pedro, Curitiba; são destaques no país por apresentarem bons índices de qualidade de vida. Com isso, os fluxos migratórios, por muito tempo (e até mesmo hoje) foram direcionados para estas duas para essa porção Sudeste-Sul do país. Os estados com os melhores indicadores sociais como o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) nas regiões nas regiões Sul e Sudeste. A diferença entre os números do primeiro, neste caso o Distrito Federal, e o último (Alagoas) chega a 0,193 como expresso na tabela (01):

Tabela 01 – IDH-M das unidades federativas: classificação, ano, Brasil – 2000, 2010.

Unidade federativa	Posição	2010	2000
Distrito Federal	1	0,824	0,725
São Paulo	2	0,783	0,702
Santa Catarina	3	0,774	0,674
Rio de Janeiro	4	0,761	0,664
Paraná	5	0,749	0,650
Rio Grande do Sul	6	0,746	0,664
Espírito Santo	7	0,740	0,640
Goiás	8	0,735	0,615
Minas Gerais	9	0,731	0,624
Mato Grosso do Sul	10	0,729	0,613
Mato Grosso	11	0,725	0,601
Amapá	12	0,708	0,577
Roraima	13	0,707	0,598
Tocantins	14	0,699	0,525
Rondônia	15	0,690	0,537
Rio Grande do Norte	16	0,684	0,552
Ceará	17	0,682	0,541
Amazonas	18	0,674	0,515
Pernambuco	19	0,673	0,544
Sergipe	20	0,665	0,518

Acre	21	0,633	0,517
Bahia	22	0,660	0,512
Paraíba	23	0,658	0,506
Piauí	24	0,646	0,584
Pará	25	0,646	0,518
Maranhão	26	0,639	0,476
Alagoas	27	0,631	0,471

Fonte: PNUD Brasil, 2019.

Concede-se, portanto, a ideia de que os povos dessas regiões possuem uma “superioridade” em relação as outras regiões do país. Esse entendimento ultrapassa vertentes econômicas e se concretizam em todas as dimensões, principalmente culturais. É importante ressaltar que:

No momento que vivemos, a propaganda separatista vem se acentuando e ganhando espaço nos meios de comunicação falados e escritos, sendo mais forte nos estados do Sul, sobretudo no Rio Grande do Sul, onde fanáticos de ultradireita proclamaram a formação da República do Pampa Gaúcho, e no Paraná e Santa Catarina onde se invoca o exemplo de Laguna. Geralmente, os sulistas separatistas queixam-se de que são prejudicados pela União na repartição dos recursos com que contribuem para a mesma e do que recebem em troca, procurando culpar os nordestinos, acusando-os de incapazes, de preguiçosos, de perdulários e de recebedores de recursos da União. (ANDRADE, 1993. p. 4)

Tem-se, portanto, o lapso de que os nordestinos são os principais responsáveis pelo retrocesso das regiões mais desenvolvidas. Assim como no Sudeste, especialmente no estado de São Paulo:

Em São Paulo também existem grupos que desejam a separação do país, alegando que o estado é uma área desenvolvida que fornece recursos para as várias regiões sem receber retorno da riqueza que promove. Grupos de extrema-direita, organizados em gangs, procuram hostilizar os nordestinos nas grandes cidades paulistas, responsabilizando-os pelos principais problemas ligados à miséria urbana. (ANDRADE, 1993. p. 4)

Separatismo: organização, fundamentos e articulações

Apresentar apenas uma localização geográfica dos grupos de secessão é fazer uma leitura simplista da problemática. Estas organizações estão agrupadas e organizadas, visando a

concretização dos seus interesses, principalmente, a formação de uma unidade autônoma soberana. Como apontado no mapa ilustrativo (01).

No Centro-Oeste, o Movimento Separatista do Mato Grosso (Mato Grosso) possui contas em redes sociais onde difunde ideias a favor da separação deste ente federativo. Dentre os argumentos estaria o da valorização da agricultura, uma vez que é um dos principais exportadores de produtos primários do Brasil, e melhorias em serviços básicos em saúde e educação.

Ainda no Centro-Oeste, o movimento República de Goiás emerge-se seguindo linhas de pensamento separatistas. No entanto, além de estados, nessa região, há grupos que tentam a secessão do Distrito Federal juntamente com Brasília (capital federal). Estes simpatizantes sustentam que o DF possui melhores condições de vida, acesso à educação e em saúde em relação ao resto do país.³

As discrepâncias entre as condições de vida continuam embasando os discursos dessas organizações. Ao mesmo tempo, manifesta-se, por parte destes grupos, a incompreensão ou rejeição dos condicionantes históricos, econômicos e geopolíticos que sucederam essas heterogeneidades locais-regionais.

Seguindo as doutrinas de secessão, na região mais pobre do Brasil (Nordeste) movimentos separatistas ganham força. Para aqueles que acreditam que a região é a mais “fiel” a união nacional, cabe ressaltar que, no passado, revolucionários baianos e pernambucanos culminaram em revoltas como a Sabinada e a Revolução Pernambucana.

Os movimentos o Ceará Meu País e Frente Libertária Nordeste Independente são exemplos de grupos nordestinos. O primeiro protesta contra a alta contribuição e o baixo retorno da União, nível educacional das escolas públicas cearenses e a capacidade energética do estado como principal fator para independência da federação. O segundo, justifica-se pela má administração dos gestores públicos, por outro lado, defende o municipalismo e o livre mercado.

³ FORUM. Novo movimento separatista pede independência de Brasília do resto do país. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/novo-movimento-separatista-pede-independencia-de-brasilia-do-resto-do-pais/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

No Sudeste, destaca-se o grupo Movimento São Paulo Livre (estado de São Paulo). A organização não possui vínculo com partidos políticos. Porta-se visando a separação pacífica do restante do país. Além disso, o movimento dissemina seus ideais por meio de atividades na *internet*. É por este, que grande parte das organizações propalam suas ideologias. Não somente, quase todos os movimentos estão associados a massiva difusão de conteúdos na rede em favor da secessão.

Outro importante movimento separatista é o Movimento São Paulo Independente. Este rebate a centralização administrativa e o baixo retorno tributário. Está também associado a outros movimento do próprio estado e também outras regiões. Os simpatizantes paulistas, juntamente com as organizações do Sul, estão melhor estruturados em relação a outros do país. Possuem também cargos e nesses, geralmente estão ocupados indivíduos que possuem um nível maior de escolaridade, além de bandeiras, broches e camisas que simbolizam a luta do movimento.

Ainda este, também ampara-se nos argumentos de Franco (1994) como fundamentação teórica para o separatismo brasileiro. Este autor enfatiza que as unidades federativas e municípios acabaram sendo prejudicados com sistema tributário, “centralizado na União”. Em sua obra, Franco (1994) ainda diz que a unidade nacional é “imposta”, colocada à “força”. Para ele, a secessão seria um direito e não um crime.

Na região Norte, o Movimento dos Povos da Amazônia visa a instalação de núcleos representativos em estados e municípios com a finalidade da execução dos objetivos da organização. Dentre eles, a promoção e valorização da identidade cultural amazônica. Além desse, o Movimento Roraima Independente protesta diante às insatisfações políticas nacionais. A revisão do código penal e a reforma do sistema político também estão em pauta. Apesar disso, as organizações separatistas do Norte se configuram como parcas ou inexpressivas, comparando a outras localidades.

No Sul, os grupos separatistas estão muito bem articulados. Na verdade, quando fala-se em independência ou separação no século presente, rapidamente se associa a esta região do Brasil. O Sul e, especialmente, o Rio Grande do Sul, foram zonas que tiveram uma ocupação tardia. Esse processo foi consolidado principalmente pela massiva entrada de europeus no século XIX. Com isso, estes povos compuseram as características que os diferenciariam culturalmente e economicamente com o restantes do país.

Dentre todos os movimentos separatistas do Brasil, O Sul é o Meu País destaca-se pelo nível de organização e abrangência. Criado na década de noventa, o movimento objetiva a emancipação política e administrativa no país. Esse grupo atua em todos estados do Sul do país, com sua sede na cidade de Pomerode, em Santa Catarina.

Visando à formação soberana do Sul, este está estruturado em comissões municipais em aproximadamente 1000 municípios. Estruturado com diversos cargos como de presidente, vice-presidências, secretaria geral, tesouraria e outros departamentos como o jurídico, de comunicação social e estatística. Além de conselho fiscal e consultivo.

Entretanto, a gênese pró-separação se deu no século XVI quando grupos indígenas combatiam a tentativa de colonização espanhola. Cerca de 80 mil nativos acabaram morrendo. Não somente, os lusitanos também intentariam apropriar-se daquele território. A partir deste período, longas batalhas foram travadas, entre elas a Revolução Farroupilha (1825-1845).

A entrada dos europeus entre os séculos XVIII e XIX no Sul brasileiro favoreceram o branqueamento populacional e o apaziguamento das revoltas nativas. Todavia, a medida que os povos do Velho Mundo se estabilizavam nas terras brasas, o sentimento de separatismo foi ganhando grandes dimensões, emergindo movimentos separatistas sulistas atuais.

O Sul é o Meu País é resultado do sentimento de reidentificação e aproximação a cultura europeia no Brasil amparada em anseios de grupos autóctones, mas que na verdade relega a integração e o reconhecimento destes povos. Significa dizer que há uma promoção separatista embaçada com discursos semelhantes às que aconteceram nesta região e, ao mesmo tempo, ocorre a negação dos povos originários e de outros povos que sofreram as sequelas da invasão europeia.

Semelhantemente, o movimento Nação Sulista (vinculado ao O Sul é Meu país) também intenta a autonomia desta região brasileira. O movimento se opõe a tentativa de uma “unificação cultural”, validando a vertente que recortes territoriais dissolutos favoreceriam o melhor desenvolvimento econômico e cultural, através de uma nação soberana.

Os resquícios das organizações pretéritas se encontram presentes nas atuais. Muito embora, os discursos ou fundamentos de secessão permanecem antagônicos.

Assim, encontram-se os movimentos separatistas: especializados em todas as regiões do Brasil com diferentes graus de organização e articulação estrutural e política. Verifica-se também que o avanço do uso de meio de comunicações como a *internet*, acabou promovendo a difusão de ideais e, conseqüentemente, na adesão de simpatizantes ao movimentos.

Efetivação legal do separatismo no Brasil: possíveis rebatimentos

Apesar da secessão de entes da federação ser inconstitucional, ela acontece. No entanto, não por meios legais, mas por instrumentos de indiferença sociocultural. Tal aspecto foi evidenciado quando foram divulgados os resultados das eleições presidenciais de 2014, com escolhas opostas. A derrota de Aécio Neves (apoiado pela maioria da população do Sul do Sudeste) por Dilma Rousseff (apoiada pela maioria nordestina) fez emergir uma série de ataques através das redes sociais aos nordestinos, questionando a permanência desta “região atrasada” e de “pessoas ignorantes” como parte do território nacional. Nesse sentido, basta uma escolha política ou “prejuízo” de uma localidade que repercuta em outra para o ódio e a xenofobia serem atizados.

No Brasil, ainda se vive uma autoafirmação de superioridade e negação do *outro*. Isso reflete em acontecimentos que vão desde o ódio a xenofobia por aqueles de regiões ou Estados a intolerância; uma negação cultural. Dessa forma, aqueles que não se adequam a um perfil político, cultural e político, não são dignos de pertencerem ao mesmo ao mesmo recorte administrativo.

Para mais, uma secessão amparada em lei poderia culminar em outras secessões. Sabe-se que no Brasil, há grandes disparidades econômicas e demográficas entre os estados da federação. Com isso, o efeito em cascata do separatismo colocaria em risco a viabilidade fiscal de unidades federativas mais dependentes de recursos da União, uma vez que a independência impossibilitaria o repasse desses recursos.

Movimentos a favor da independência não são exclusivos ao Brasil estão por todo mundo. O Catalanismo, na Espanha, é um claro exemplo disso. Para Abrão (2007 apud FIN, MELO, BRÍGIDO, 2018, p. 7) o Catalanismo existe a mais de 500 anos e acabou se difundido como um movimento cultural romantizado por estudantes de universidades, até chegar ao campo político.

A próspera região da Catalunha promoveu diversas revoltas contra a Espanha. Não satisfeita com a autonomia concedida nos termos da constituição espanhola, ao movimento se organiza politicamente e culturalmente, aspirando a soberania total. Além da Catalunha, Dutra (2007) esclarece que o movimentos separatistas em países como Escócia e Mianmar apontam para a questão da autodeterminação nos tempos atuais.

Nesse âmbito, a dissolução, certamente, implicaria em uma nova ordem geopolítica, sobretudo, na integração à União Europeia. Assim, o ordenamento como uma nação soberana, mesmo em regiões ricas, culminaria em uma nova e complexa aparelhagem de Estado. Sinalizando, portanto, que a independência política não significa independência econômica. Tal fato, é consonante com regiões que aspiram a independência no contexto brasileiro, cujo boa parte das receitas, advém da União. Qual o comportamento de um ente federado que alcançasse a independência como Roraima, com pouco mais de 500 mil habitantes, diante à integração do comércio (inter)nacional?

Além da inviabilidade fiscal oriundas de separatismos legalizados, muitas organizações possuem uma ideologia política visando a dominação de território dissolutos. Dessa maneira, apesar de movimentos defenderem “a liberdade, a democracia e a autonomia”, no fundo...estão pautados em secessões elitistas e distante dos anseios das camadas populares. Na verdade, essas legitimariam o controle do poder com novas roupagens.

Assim, o Brasil experimenta uma série de contrastes econômicas e indiferenças socio-culturais, maquiados por ideais separatistas que colocariam em risco o funcionamento de unidades dissolutas e fortaleceriam os discursos de ódio e oposição aos povos de localidades diferentes, remodelando as formas de dominação dentro do novo território.

Movimento histórico: capitalismo e neoliberalismo

Em meados do milênio anterior, o mundo experimentou um grande número de transformações. Essas mudanças, por vezes, foram desencadeadas em diversas escalas até chegar no sistema-mundo atual, orquestrado pelo modo de produção capitalista. Para isso, cabe destacar, brevemente, alguns acontecimentos que constituíram sua arquitetura e definiu o Brasil na estrutura internacional vigente.

De acordo com Fausto (1996), com a crise do feudalismo no século XIV decorrido, sobretudo, pela promoção burguesa, pelo caos provocado pela Peste Negra, pelo aumento da exploração do trabalho dos senhores sobre os servos, pelas revoltas camponesas e monopólios árabes e italianos; o cenário de transição para o capitalismo irá sendo moldado. Com a crescente necessidade de se adquirir moedas para favorecer as trocas comerciais e superar os desafios da época, era preciso expandir mercados e dinamizar a produção.

No século XV, a expansão marítima e comercial europeia resultará na invasão do território brasileiro.

Entretanto, no processo de colonização do Brasil os portugueses não estavam sozinhos. Aqui, tiveram que se relacionar com os indígenas, que já encontraram habitando a terra, e também com os africanos que os próprios portugueses trouxeram para a lavoura da cana e para o processo produtivo do engenho. O relacionamento com estes povos provocou alterações na cultura dos primeiros colonizadores. Inevitáveis mudanças pontilhavam, aqui e ali, em alguns colonos causaria deformações, em outros aperfeiçoamentos. As modificações observadas não surgiram da noite para o dia, foi necessário transcorrer um período de mudanças sociais para pudessem ser observadas. (SILVA, 2006, p. 03).

O aparente fracasso dos portugueses na procura por metais preciosos, promoveu, ao mesmo tempo, a busca por uma alternativa lucrativa na nova colônia. No contexto do capitalismo comercial, caracterizado pelo metalismo, balança comercial favorável e o controle estatal (ou do Rei), ocorre a extração do pau-brasil, seguido pela era da cana-de-açúcar e do ouro. O Brasil passaria então a abastecer os mercados externos, sobretudo, sua metrópole, Portugal. Confirmando, “as colônias deveriam contribuir para a autossuficiência da metrópole, transformando-se em áreas reservadas de cada potência colonizadora, na concorrência internacional com as demais” (FAUSTO, 2000, p. 55).

Nos períodos econômicos brasileiros seguintes, o algodão (entre XVIII e XVIII) e borracha e café (XIX –XX) ganham destaque. No mesmo arranjo, às custas da exploração brasileira, a Inglaterra sai na frente com a Revolução Industrial (final do século XVIII). Emerge-se o capitalismo industrial; marcado pelo aumento da produtividade, exploração do trabalho e acumulação de capital. Nota-se que, o papel do Brasil no cenário internacional foi sendo construído de acordo com os anseios capitalistas.

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 1973, p. 4).

Dessa forma, países que têm sua economia de exportação, embasada na extração de cobre ou outro minério, não o faz simplesmente porque é “cultural”; em outras palavras, “comum”, “aleatório”. Seu papel na Divisão Internacional do Trabalho (DIT) foi definida nas relações de poder envolvendo países centrais e periféricos. Temos assim, a DIT evidenciada na fala de Silva (2010):

Portanto, podemos concluir que o conceito da DIT reflete o desenvolvimento das forças produtivas nos diversos territórios do mundo capitalista, estabelecendo o papel da produção de cada país nos intercâmbios do mercado mundial e determinando as mercadorias que serão produzidas em cada território e que posteriormente serão intercambiadas pela economia capitalista mundial. (SILVA, 2010, p. 10)

Nesse contexto, no início século XX, com as turbulências do café, o Brasil passará a caminhar trilhos em desenvolvimentistas. Caracterizado pela Política de Substituição de Exportações e pela massiva entrada de capital estrangeiro no país. Era necessário uma alternativa que concretizasse a expansão capital financeira internacional sobre os países periféricos e desse resposta à crise do petróleo, essa resposta seria a implantação do Neoliberalismo.

O Estado Desenvolvimentista deveria ser substituído pelo não intervencionismo. Uma das pautas do Consenso de Washington (1989) que consistia a uma “ajuda” aos países Latinos desde que realizassem tais reformas. Nas palavras de Porto (2009):

Dentre essas propostas, destacam-se: a desregulamentação da economia, que visava à abolição da regulação do Estado, simultaneamente, sobre a economia e sobre a relação capital-trabalho, perspectivando a plena liberdade dos mercados; a sumária retirada do Estado como agente produtivo, derivando daí as propostas de privatização das empresas estatais e de “Estado mínimo”, esta última direcionada no sentido da compreensão da esfera estatal respaldada num compromisso que se pautava na implementação de apenas algumas funções elementares, a exemplo da educação básica e da saúde pública,

além da criação e/ou manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico; e a liberalização do comércio exterior, em seu propósito de tornar a economia brasileira ao mesmo tempo internacionalizada e moderna, por meio do estímulo às importações. (PORTO, 2009, p. 5).

Dessa maneira, a articulação política e econômica subjugou ou subjuga o Estado aos interesses privados. Especialmente, na precarização do trabalho, no aumento da exploração da natureza, na concentração de renda na realocação de investimentos sociais para os alicerces dos negócios estrangeiros. Percebe-se, há uma desvalorização do público e uma super exaltação do privado na ótica da massa, especialmente no Brasil: “As universidades públicas só existem drogados”, “As escolas públicas doutrina crianças ao marxismo”, “Tem que privatizar, não presta”. Nesse sentido, ideologias, discursos morais e religiosos integram-se a lógica da ambição dominante.

Considerando esses elementos. Vale apontar que:

A crise brasileira é provocada em dois sentidos ao mesmo tempo: o horizontal e o vertical. No sentido horizontal, ela é realçada em consequência da grande diferença de renda e de condições de vida entre as várias regiões e estados que compõem o país; do ponto de vista vertical, ela se deve ao crescimento da concentração da renda e dos desníveis econômicos, sociais, culturais e sanitários existentes. O neoliberalismo tende a impedir realização de reformas substanciais e a agravar as diferenças existentes, que põem em risco a estabilidade do país. (ANDRADE, 1998, p. 178)

O Estado brasileiro recua nas políticas de equalização das disparidades regionais, como proposto pela política financeira internacional Neoliberal, expresso em:

[...] a desregulamentação da economia, que visava à abolição da regulação do Estado, simultaneamente, sobre a economia e sobre a relação capital-trabalho, perspectivando a plena liberdade dos mercados; a sumária retirada do Estado como agente produtivo, derivando daí as propostas de privatização das empresas estatais e de “Estado mínimo”, esta última direcionada no sentido da compreensão da esfera estatal respaldada num compromisso que se pautava na implementação de apenas algumas funções elementares, a exemplo da educação básica e da saúde pública, além da criação e/ou manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico; e a liberalização do comércio exterior, em seu propósito de tornar a economia brasileira ao mesmo tempo internacionalizada e moderna, por meio do estímulo às importações. (PORTO, 2009, p. 5)

Na sua formação e vinculação com o sistema-mundo, o Brasil ainda exerce uma função submissa na DIT. Aumenta-se a produção, altera-se o nome dos produtos, mudam-se os atores, mas o país ainda continua latifundiário, exportador de produtos primários e direcionado a sanar as necessidades ou interesses das metrópoles modernas ou países centrais do que os da sua população majoritária.

Nesse sentido, o enfraquecimento do poder estatal verificado através da perversa doutrina Neoliberal se configura na extinção da soberania destes frente ao capital privado. Dessa maneira, ocorre a fragilização das fronteiras nacionais e a massiva entrada de capitais estrangeiros. A globalização, nesse viés, funciona como ideologia para garantir os interesses externos das instituições financeiras dominantes; canalizando os investimentos para o bem-estar social para a arquitetura nociva capitalista, elevando as disparidades e as indiferenças entre povos de uma mesma nação. Ocorrendo, assim, emergências de movimentos separatistas no século presente.

Considerações finais

As organizações separatistas são frutos dos desníveis, especialmente, socioeconômicos entre as diferentes regiões do Brasil. Estas, agrupam-se em todas as unidades federativas do país e estão fundamentas em discursos em favor da autonomia dos entes federados. Porém, percebe-se que esse intento não é algo inédito na história brasileira; a própria formação territorial, cultural, política e econômica foi concebida em contextos e desígnios heterogênicos. De populares a elitistas, os movimentos ganham um novo fôlego no século atual com a implementação do flagelo Neoliberal, provocando ainda mais as desigualdades regionais e emergindo as manifestações de ódio. O Estado, por sua vez, é submetido aos propósitos dessa doutrina econômica que favorece, principalmente, as corporações financeiras internacionais, contrariando os interesses e o bem estar da maior parte da nação.

Urge-se, portanto, que o Estado realoque políticas públicas que beneficiem a erradicação das disparidades regionais. Cabe a este também que resista a ofensiva do capital privado estrangeiro e implemente medidas que priorizem a educação pública brasileira, o desenvolvimento de pesquisas que promovam a autonomia tecnológica, científica, econômica, frente ao capital internacional. As escolas, juntamente com outras instituições, poderão realizar debates e palestras acerca do respeito mútuo, destacando as pluralidades culturais e econômicas brasileiras. Tais ações devem promover a unificação nacional (considerando sua multiplicidade) e

que respaldem no desenvolvimento interno e na melhoria da qualidade de vida da população do país.

Referências

ADDUCI, C. C. Para um aprofundamento historiográfico: discutindo o separatismo paulista de 1887. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, p. 101-124, 1999. ISSN 38. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v19n38/0998.pdf>>. Acesso em: 14 Janeiro 2019.

ANDRADE, M. C. D. **As raízes do separatismo no Brasil**. 1 ed. São Paulo: EDUSC, 1998. 190 p.

ANDRADE, M. C. D. Os meios de comunicação e o problema do separatismo. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa. v.3. n.1, p. 24-29, Jan/Dez 1993. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92647>>. Acesso em: 28 Março 2019.

BEHLING. Revolução Farroupilha. **FUNDASUL**, Indaial, p. 17, 08 Novembro 2016. Disponível em: <http://www.fundasul.br/download/artigos/revolucao_farroupilha.pdf> Acesso em: 12 Fevereiro

DUTRA, L. “O Sul é meu país? Análise do pensamento acadêmico sobre os movimentos do Sul do Brasil. **Fronteira política**, Lisboa, v. 1, n.1, p. 1-20, Jan/Dez 2017. Disponível em: <<https://fronteirapolitica.com/publicacoes/813-2/>>. Acesso em: 02 Março 2019.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000. 328 p.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: EDUSP, v. 1, 1996. 639 p. Disponível em: <<https://mizanzuk.files.wordpress.com/2018/02/boris-fausto-historia-do-brasil.pdf>>. Acesso em: 14 Julho 2019.

FIN, G. G.; MELO, J. D. O.; BRÍGIDO, P. A. D. S. **Movimentos separatistas do Brasil e na Espanha: uma análise constitucional**. UFRR. Curso de direito: artigos acadêmicos, 2018. Disponível em: <http://ufrr.br/direito/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=120:direito-processual-constitucional&Itemid=314>. Acesso em: 19 Fevereiro 2019.

FRANCO, J. N. **Fundamentos do Separatismo**. 1. ed. São Paulo. SP: Pannartz, v. 1, 1994. 153 p.

HOME. **O Sul é Meu País**. Disponível em: <https://www.sullivre.org/>. Acesso em: 27 Janeiro 2019.

MARI-

NI, R. M. **Dialética da dependência**. Tradução de Marcelo Carcanholo. 10. ed. Rio de Janeiro: Expressão popular, v. 1, n. 1, 1973. 43 p. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2795191/mod_resource/content/1/Dial%C3%A9tica%20da%20Depend%C3%Aancia%20-%20Ruy%20Mauro%20Marini%20-%20exp.%20popular.pdf>. Acesso em: 14 Julho 2019.

MATTOS, E.; INNOCENTINNI, T.; BENELLI, Y. Capitãneas hereditárias e desenvolvimento econômico: herança colonial sobre desigualdade e instituições. **PPE - Pesquisa e planejamento econômico**, Rio de Janeiro, v. 42, p. 433-471, dezembro 2012. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/1428/1124>>. Acesso em: 11 fevereiro 2019.

MENEZES, Cristiane Peninha Pauli de; MARTINS, Mateus Denardi Paz. As veias abertas do movimento “O Sul é meu país”: as novas tonalidades do discurso de ódio no Brasil. In: 4º Congresso de Direito e Contemporaneidade: mídias e direito da sociedade em rede da Universidade Federal de Santa Maria. 14. 2017, **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2017 P. 1-14. Disponível em <<http://www.ufsm.br/congressodireito/anais/2017/1-10.pdf>> Acesso em: 14 janeiro 2019.

MOVIMENTO Pela Independência do Pampa. **Pampa Livre**. Disponível em: <<http://www.pampalivre.info/>>. Acesso em: 7 Março 2019.

OLIVEIRA, L.L. **Entre a miscigenação e multirracionalização**: brasileiros negros ou negros brasileiros? 2008. 346 p. Dissertação (Doutorado em História Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2008.

O que é a Catalunha? **Politize**, s.d. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/catalunha-movimento-separatista-espanha/>>. Acesso em: 03 Março 2019.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, P. D. A. Colonialidade do poder e os desafios de integração da América Latina. **POLIS**, São Paulo, v. 31, p. 1-32, Novembro 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/polis/3749>>. Acesso em: 3 dezembro 2018.

PORTO, M. C. D. S. Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo. In: IV Jornada Internacional de políticas públicas. São Luís. **Mundialização, estados nacionais e políticas sociais**: Ago. 2009, 9.p Disponível em:<<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/%C3%8DNDICE%20EIXO%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O.htm>>. Acesso em: 14 Julho 2019.

QUÍJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUÍJANO, A. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 27 Novembro 2018.

SADER, E. **A Nova Toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 192 p.

São Paulo Independente. **Movimento São Paulo Independente**. Disponível em: <<https://www.saopauloindependente.org/>>. Acesso em: 03 Março 2019.

SILVA, C. **O papel do Brasil na divisão internacional do trabalho sob a ótica da teoria marxista da dependência**. 2010. 81 p. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 81 p. 2010.

SILVA, C. R. **A experiência portuguesa no processo de colonização do Brasil**. In: LOMBARDI, José Claudinei; SALVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura

(orgs.). Navegando pela história da educação brasileira. Campinas: São Paulo. FE: HISTE-DRH, 2006.